|  |
| --- |
| Ministério da Educação  Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  *Campus* Erechim  **CONSELHO DE CAMPUS**  Ata n° 09/2020 de 17/12/2020 – 5ª Reunião Ordinária |

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às nove horas, via *webconferência*, na sala : [*https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/eduardo-angonesi-predebon*](https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/eduardo-angonesi-predebon), foi realizada a quinta Reunião Ordinária do Conselho de Campus (Concamp) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus* Erechim. A sessão foi convocada e presidida pelo Presidente do Conselho, professor Eduardo Angonesi Predebon. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Representantes docentes: Carlos Frederico de Oliveira Cunha e Giovane Rodrigues Jardim; Representantes técnico-administrativos: Monalise Marcante Meregalli e Ivan José Suszek; Representante discente: Raquel Vieira da Silva; Representantes da comunidade civil: Paola Margarida Baldissera. Participaram também os servidores Marcos Cezne, Luiza Pieta e Alexandro Adário. A reunião foi convocada com a seguinte pauta: **1. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada dia 12 de novembro de 2020; 2. Aprovação da ata da reunião extraordinária realizada dia 11 de dezembro de 2020; 3. Solicitação de análise sobre bolsas de estudos para capacitação de servidores 2020; 4. Solicitação de criterização para escolha de fiscais de contratos e membros de comissão (TAEs); 5. Análise e manifestação, em grau de recurso, referente à prorrogação de Colaboração Técnica com o IFRS - *Campus* Bento Gonçalves; 6. Assuntos gerais.** Eduardo iniciou a reunião saudando os presentes, e passou de imediato para a pauta da reunião. **1. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada dia 12 de novembro de 2020:** A ata foi aprovada por unaminidade pelos conselheiros. **2. Aprovação da ata da reunião extraordinária realizada dia 11 de dezembro de 2020:** Ivan solicitou dois acréscimos, os quais serão enviadas por escrito. A ata foi aprovada, condicionada aos ajustes solicitados. **3. Solicitação de análise sobre bolsas de estudos para capacitação de servidores 2020:** Eduardo destacou que o Campus já ofertou bolsas de capacitação anteriormente, mas que desde 2016/2017 deixou de fazê-lo, em função da redução no orçamento, priorizando as rubricas vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Falou também que naquele período, o Concamp solicitou à Reitoria para que as bolsas pudessem atender aos servidores independentemente da instituição ser pública ou privada, em função dos custos, mas não foi atendido. Marcos justificou a sua manifestação enfatizando que nos dois anos anteriores haviam editais e que em 2019 foi contemplado, e que somente em 2020 o campus não ofertou, destacando as despesas com a realização de capacitação em instituição privada. Falou ainda que se inscreveu no edital lançado via reitoria, sem observar que a oferta de bolsas era por conta dos campi, e que após a negativa da Reitoria, fez solicitação ao RH e ao DAP do campus, onde teve resposta que não teria previsão. Marcos questionou se, por não ter candidatos para todas as bolsas ofertadas (4 bolsas), a Reitoria poderia fazer uma redistribuição dessas bolsas. Questionou ainda se possíveis sobras do orçamento do campus, por conta de economia durante a pandemia, mesmo sem previsão inicial, poderiam ser usadas para auxiliar aos servidores que atendem as condições do edital, e se haveria a possibilidade de previsão para os próximos períodos, para atender os servidores que realizam capacitação, no caso de sobrar verbas. Eduardo comentou que o edital foi centralizado na Reitoria para melhor gerenciamento, e que imaginava que as bolsas remanescentes poderiam ser realocadas para outros campi. Eduardo sugeriu como 1º encaminhamento, questionar a Reitoria sobre esse critério e sobre a possibilidade de realocação das bolsas para os servidores não comtemplados. Como 2º encaminhamento, sugeriu que no caso de haver sobras de orçamento no campus, que o mesmo seja rateado por todos os servidores que estão realizando capacitação, e como 3º encaminhamento, sugeriu análise da possibilidade de provisionamento para o Plano de Ação (PA) 2021, no caso de haver possibilidade de ajustes do mesmo. Adário comentou que mesmo sem ter os dados exatos sobre o orçamento de 2020, acredita que não há sobras, pois historicamente o campus gasta todos os valores e ainda utiliza sobras de outros campi, e que os recursos que não foram utilizados devido a suspensão do calendário letivo, foram usados em ações previstas como extraorçamentárias e antecipação de outras previstas para 2021, para que os valores fossem utilizados e não devolvidos. Comentou ainda que foram realizados investimentos para o retorno presencial, como materiais de limpeza e proteção, e destacou a necessidade de construção do ginásio e do refeitório. Com relação ao orçamento 2021, Adário lembrou do corte de cerca de 25%, e falou que para manter as rubricas de vigilância, limpeza e material, se compromete cerca de 85% do valor, e no caso de se optar em alocar valores para bolsas de capacitação, a decisão difícil seria de onde cortar, pois as rubricas destinadas a projetos já estão nos limites mínimos definidos pela Reitoria. Destacou ainda que o campus normalmente opta por destinar os valores de bolsas para os projetos, mantendo o foco da instituição, que é o ensino, a pesquisa e a extensão, e que os valores restantes são destinados à materiais de expediente e uso nos laboratórios, onde poderia haver algum corte. Comentou ainda que os conselheiros têm conhecimento das rubricas do PA, onde diversas ações que eram orçamentárias foram alocadas como extraorçamentárias, enquanto outras tiveram que ser cortadas. Ivan comentou que os recursos de capacitação deveriam ser a nível institucional, como o da assistência estudantil. Giovane comentou sobre as sugestões de encaminhamento de Eduardo, onde considerou pertinente o questionamento à Reitoria quanto ao edital de bolsas, sugerindo um questionamento ao Conselho Superior, no caso de haver possibilidade temporal. Quanto a análise de sobras orçamentárias, destacou que se não houvesse a pandemia, o campus não teria recursos suficientes para chegar ao final do ano, e que os recursos do ensino não utilizados foram transformados em investimento. Comentou ainda que os recursos remanescentes não foram suficientes para a construção do refeitório, nem para cobrir o valor solicitado pela TI para reestabelecimento mínimo dos sistemas. Giovane comentou que só sobrará orçamento se algum processo licitatório der errado. Sobre a 3ª sugestão de encaminhamento, visualizou como uma impossibilidade pois significaria corte de bolsas de projetos ou de estagiários para o campus, e lembrou que não há sobras e que se houver atividades presenciais em 2021, provavelmente não terá orçamento para manter o campus o ano todo, ressaltando as crescentes reduções do orçamento. Marcos agradeceu pela explanação de todos e reforçou a solicitação de encaminhamento da sugestão de consulta à reitoria sobre as bolsas remanescentes. Eduardo destacou que vê como obrigação do Concamp questionar a reitoria sobre uma possível sobra referente a esta ação e uma possível redistribuição aos que já participaram do edital e não foram contemplados e relembrar do acordo onde as sobras seriam destinadas aos servidores não contemplados, independente do campus. Carlos Frederico lembrou que o Concamp, diferentemente das regulamentações advindas de instâncias superiores, pode realizar revisões após suas decisões, não sendo essas definitivas, sendo o papel do conselho revisar sempre que possível, pois é através de diálogo se constroem boas ações. Eduardo ressaltando que as decisões podem ser alteradas devido à alteração das circunstancias ao longo do tempo. Giovane questionou sobre a possibilidade da solicitação entrar o PA de 2021 como extraorçamentária, para o caso de surgir algum orçamento extra. Eduardo falou que é possível, mas bastante improvável que surja algum orçamento extra, e que com recursos internos é bem remota a possibilidade, e destacou o exemplo citado por Ivan, da assistência estudantil, onde uma grande parcela dos recursos vai para a Reitoria que faz a redistribuição para os campi que tem menos recursos. Eduardo relembrou que a grande maioria dos campi não estão conseguindo cumprir programas e ações institucionais definidos pelo Consup, por restrição orçamentária, e relembrou da falta de correção salarial de todos os segmentos, o que ocasiona grandes perdas. Giovane comentou sobre as perdas para 2021, como a copeira, a merenda e almoço dos estudantes, e a provavelmente do motorista. Salientou que é uma redução drástica para tentar manter o essencial, sem precisar fechar turnos ou tomar outras decisões mais drásticas, e comentou sobre o *Campus* Sertão, que apesar de receber mais recurso também está sofrendo reduções severas. Pontuou visualizar um grande sucateamento da instituição, onde o esforço é manter os 17 campi abertos. Eduardo comentou sobre o grande impacto a partir da alteração política brasileira, e ressaltou que o *Campus* Sertão teve o maior orçamento do IFs do Brasil em 2010, o qual aproveitou o momento para crescer e investir em estrutura. Os conselheiros concordaram com os encaminhamentos sugeridos por Eduardo, para a solicitação do professor Marcos Cezne. **4. Solicitação de criterização para escolha de fiscais de contratos e membros de comissão (TAEs);** O conselheiro Ivan, em nome da comissão e dos técnicos solicitou a retirada do item de pauta no momento, para aprimorar o documento e dialogar com o segmento. **5. Análise e manifestação, em grau de recurso, referente à prorrogação de Colaboração Técnica com o IFRS - *Campus* Bento Gonçalves:** Eduardo lembrou que colaborações técnicas são comuns no IFRS, e que há servidores de outros campi e de outras instituições realizando atividades no *Campus* Erechim, destacando que houve proposição de prorrogação da colaboração técnica da Luiza, para mais uma ano, o que está dentro da legalidade, comentou sobre as considerações da área de alimentos, e abriu espaço para Luiza falar sobre a solicitação. Luiza agradeceu o espaço e relatou que o primeiro ano de colaboração técnica no *Campus* Bento Gonçalves foi acordado em área no ano de 2019, conforme ofício, e teve início em fevereiro de 2020, com substituição das disciplinas ministradas no campus. Mas em função da pandemia da COVID 19, no qual o calendário acadêmico foi suspenso, o período de colaboração técnica foi prejudicado, com atividade presencial por cerca de um mês, e o previsto no Plano de trabalho não pode ocorrer, além do prejuízo no contato e vivência. Luiza falou que foi possível realizar diversas atividades de forma remota, como participação em projetos e programas do campus Bento e destacou a aprovação de um projeto, com recursos do Ministério da Agricultura, que disponibiliza bolsas de residência agrícola a jovens profissionais formandos ou recém formados da área de ciências agrárias, visando inseri-los no mercado de trabalho rural. Falou que o projeto tem orçamento de mais de 200 mil reais aprovados para bolsas, e que das cinco propostas aprovadas do RS, três são do IFRS. Luiza destacou que com a suspensão do calendário acadêmico em março e início das APNPs seis meses após a suspensão, houve somente um mês de calendário ativo, e desta forma não houve a substituição no período de um ano, previamente acordada com a área. Falou ainda que as APNs são de oferta facultativa, portanto os colegiados podem optar pelas ofertas, e solicitou ao conselho a prorrogação da colaboração técnica para o ano de 2021. Eduardo destacou que é praxe a consulta às áreas ou departamentos para ratificação de solicitações de colaboração técnica, para que ocorram sem prejuízo para o campus que cede o servidor, e por isso houve consulta à área de alimentos, no qual a mesma se posicionou ratificando a necessidade de cumprimento do acordo de 2019, onde foi acordada a liberação de Luiza para o ano de 2020, com retorno em 2021. Eduardo mencionou a servidora Patrícia Cervinski, que desenvolve colaboração técnica no *Campus* Erechim mas mantém compromisso com o campus de origem. Pontuou que as APNPs devem ser consideradas na decisão, as quais não tem obrigatoriedade de oferta, e a servidora poderia optar por ofertar ou não disciplinas, e que o calendário acadêmico está parado, sem certeza sobre data de retorno, previsto para maio, mas que depende da evolução da pandemia, e que provavelmente será debatido na próxima reunião do Consup (fevereiro). Giovane falou que a Direção de Ensino teve ciência sobre o assunto mas não foi consultada, destacando que a IN não prevê essa obrigatoriedade, e sugeriu três encaminhamentos para a solicitação: 1º: Aprovação da colaboração técnica para 2021; 2º: No caso da impossibilidade de aprovação, adotar os procedimentos que a instituição vem adotado para os processos administrativos, congelar o prazo em 16/03/2020 e reiniciar a contagem no retorno do calendário acadêmico; 3º: Manter a colaboração técnica enquanto perdurar a pandemia. Giovane justificou seu posicionamento citando o Ofício nº 3/2019, da área de alimentos, que trata da manifestação sobre a colaboração técnica, onde a área condicionava a liberação mediante o preenchimento da vaga da professora Aline Censi, a qual ainda não teve nomeação, mas tem professora substituta, a qual ministra diversas disciplinas, que poderiam também ser ministradas por outros docentes do campus, destacando a professora Denise, que é professora de Biologia. Giovane falou ainda que por não haver avanço do calendário de 2020, as prerrogativas do ofício parecem continuar vigentes para 2021 e destacou que as APNPs (2º ciclo) já foram disponibilizadas em edital, e que não foram previstas disciplinas para a professora Luiza no campus, desta forma, até maio a professora não teria disciplinas para ministrar. Giovane comentou ainda que considerando as colaborações técnicas que o campus tem (informática e artes), seria obrigação do campus colaborar com os projetos institucionais, e a colaboração técnica da Luiza representa esse auxílio. Pontuou que no caso de não ser renovada a vaga de contrato sem a substituição da vacância, aí as condições são alteradas, sendo necessária uma reavaliação, e que embora a posição da área deve ser considerada, na prática, no campus não houve alteração das condições que foram consideradas na liberação em 2019. Giovane falou que se a DDE tivesse sido consultada, apresentaria a tabela que demonstra que o campus tem docentes com disponibilidade de CH para suprir a necessidades da área e se posicionou em favor da renovação da colaboração. Eduardo pontuou que para as próximas solicitações de colaboração técnica, adotará a consulta à Direção de Ensino, mesmo sem ter previsão legal. Carlos Frederico questionou Luiza sobre o período do projeto citado e qual a função da mesma no projeto, e se estará trabalhando em alguma APNP (segundo ciclo) no *Campus* Bento Gonçalves. Também comentou sobre a oferta das APNPs no *Campus* Erechim, onde mesmo sem obrigatoriedade de oferta, há orientação para que seja ofertado o maior número de disciplinas possível. Comentou ainda sobre as limitações na oferta de APNPs destacadas em reunião do colegiado da Engenharia de Alimentos, devido aos pré-requisitos, e da demanda dos estudantes por ofertas de disciplinas que consigam cursar. Comentou a posição dos coordenadores da área, que solicitam o retorno de Luiza após 31/12/2020, frizando que no momento a demanda é de uma disciplina, mas questionou como ficaria na ocasião do retorno das atividades presenciais, no caso de ser concedida a prorrogação, pois o curso pode precisar do professor. Comentou ainda que Luiza poderá participar de outros projetos no decorrer do ano, o que poderia levar a uma nova solicitação de prorrogação, questionando como seria a reação da área e da servidora, e justificou seus questionamentos e colocações em função de justificativa à área, no caso de aprovação da solicitação. Luiza esclareceu que ela é coordenadora e supervisora local do projeto de residência agrícola e orientadora de sete bolsistas, e que o projeto pode ter até dois anos, porém o recurso disponibilizado é para um ano, com posterior análise de prorrogação. Em relação às APNPs falou que trabalhou no primeiro ciclo e tem previsão de trabalhar no segundo. Luiza concordou com Giovane, quanto à CH dos docentes da área de alimentos, onde alguns tem CH elevada, mas outros baixa, e ressaltou que no primeiro ciclo de APNPs dois docentes não ofertaram nenhuma disciplina, e que docentes que não ofertam disciplinas que normalmente ministram, poderiam ministrar outras que o colegiado definir oferta. Destacou que a professora que está substituindo a vaga deixada pela professora Aline teve contrato renovado, portanto segue no campus. Ivan comentou sobre a importância da planilha das cargas horárias da área, e comentou que percebe uma falta de sensibilidade da mesma. Eduardo relembrou sobre a importância da compreensão e mobilidade dos servidores entre as áreas, pois colegas capacitados não são aproveitados em determinadas áreas, o que precisa ser trabalhado, aperfeiçoado e superado no campus e que há necessidade de percepção da importância de trabalho em equipe. Comentou que em 2014 um colega foi comtemplado com um projeto de extensão, mas abriu mão do mesmo porque o valor veio parcelado (1/18), e lembrou que o campus já havia iniciado processos licitatórios para aquisição de equipamentos, e que o recurso acabou sendo devolvido para o Ministério, pois não foi possível repassar para outro projeto. Eduardo comentou sobre a dificuldade de conseguir recursos externos e da importância de aproveitá-los quando possível. Giovane compartilhou a planilha da CH docente de alimentos que foi elaborada em janeiro, ressaltando as alterações feitas posteriores em relação a CH assumida pela professora substituta Maria Carolina e da professora Andressa, que assumiu duas horas no Ensino médio integrado. Monalise considerou importante a realização do projeto pela Luiza, pois trará para o campus novos conhecimentos no seu retorno, e falou que além da CH docente, deveria se considerar a importância da participação em projetos. Eduardo falou que mesmo o *Campus* Erechim não tendo vocação para a área agrícola, o projeto poderá beneficiar diversos campus da instituição e a partir das colocações dos conselheiros e da solicitante, sugeriu que a colaboração técnica fosse prorrogada no momento, condicionada à reavaliação do conselho após o retorno das atividades e do calendário letivo, e caso for necessário dar um outro encaminhamento. Pontuou que provavelmente a presença da Luiza não será necessária no campus em 2021, caso o contrato da professora Maria Carolina seja mantido ou seja nomeado docente para a vaga de Aline Cenci. Giovane sugeriu que por segurança jurídica e da servidora, fosse aprovada a prorrogação da colaboração técnica para 2021 e reavaliação para 2022, pois a qualquer momento o Consup pode reestabelecer o calendário. Monalise questionou se a situação atual estaria igual de quando a Luiza saiu, pois não se justificaria a não prorrogação nesse caso. Eduardo falou que com o calendário suspenso em março, a situação continua a mesma. Giovane questionou a formação da docente que ministrava as disciplinas deixadas pela Aline. Monalise falou que formação da docente é Biologia. Giovane afirmou não ser admissível, disciplinas que eram ministradas por uma bióloga não poderem ser ministradas por outra bióloga, e que em tese, a vaga da professora Aline nem precisaria ser suprida no momento. Falou ainda que mantendo a substituta na vaga, a CH de área de alimento é ínfima, observada a tabela encaminhada. Adário comentou que há também a da questão de CH docente e relembrou que o campus tem professores de engenharias básicas, matemática, física e segurança do trabalho. Eduardo ressaltou que ao retornar o calendário letivo, o ano de 2020 será provavelmente transposto para 2021, e que acredita que não haverá óbice a prorrogação da colaboração técnica. Enfatizou a importância do desenvolvimento de projetos externos e da integração com outas instituições, pois agrega conhecimentos para a instituição como um todo, e sugeriu a prorrogação para 2021, com ressalva para nova análise do conselho mediante necessidade de reavaliação por alteração do cenário. Monalise informou que o segmento TAE foi consultado sobre a pauta, e que a posição dos conselheiros manifesta a opinião do segmento. Em votação, os conselheiros aprovaram por unaminidade a prorrogação da colaboração técnica para 2021, com a ressalva de que a decisão poderá ser reavaliada, a qualquer momento, no caso de necessidade de alteração das circunstâncias. **6. Assuntos gerais.** Eduardo comentou sobre a proposição que está sendo realizada pelo professor Everton, juntamente com a professora Adriana, de participar no projeto “Movendo barreiras”, da secretaria de justiça do estado, o qual visa capacitar pessoas com deficiência para inserção no mundo do trabalho. Everton falou sobre a proposta, trazida pela professora Adriana, o qual está sendo elaborada, destacando a importância de desenvolvimento de projeto na área de inclusão, bem como do importante papel das tecnologias assistivas para as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Eduardo comentou que há previsão de vinda de recursos para fomentar o projeto, e que o mesmo deverá ser implementado em 2021. Eduardo falou também sobre a aprovação no Conselho superior da modalidade de seleção de novos estudantes para o 2021, onde será utilizado sorteio e a nota do ENEM, em substituição às provas presenciais e comentou sobre o aumento de vagas reservadas para egressos do ensino público. Falou que ainda não tem data definida para realização do processo seletivo, mas que provavelmente será decidido na reunião do Consup de fevereiro/2021. Finalizando, Eduardo sinalizou que a primeira reunião do Concamp em 2021 será realizada em fevereiro, agradeceu a participação de todos, e encerrou a reunião.Finalizados os trabalhos, nada mais havendo a constar, eu, Márcia Racoski, chefe de gabinete, lavrei a presente ata, contendo este termo 257 linhas………..............................................................